

## **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: DESAFIOS À EDUCAÇÃO**

*Patrícia Correia de Paula Marcoccia*

**Resumo:** O objetivo deste texto é apresentar a morfologia do trabalho dos trabalhadores do campo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com ênfase no Terceiro Anel, como também, estabelecer relação com os desafios que se colocam à Educação. Este estudo orientou-se pela teoria social e abordagem marxista do conhecimento. Utilizaram-se documentos disponibilizados publicamente no Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O estudo revelou o predomínio do trabalho temporário e da agricultura familiar, esta última, apontou que embora os trabalhadores possuam os meios de produção da sua existência enquanto classe, suas condições de produção e reprodução da sua força de trabalho estão sob o controle do capital. Nesse sentido, os desafios que se colocam à Educação focalizam a necessidade de se posicionar com radicalidade frente à relação trabalho e educação, à defesa e a garantia da escola pública de qualidade para todos e acesso à educação em todos os níveis de ensino.

**Palavras-chave:** Trabalho; Educação; Escola Pública.

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho e a educação são duas práticas sociais que constituem o ser humano, por isso são ontológicas e históricas. O trabalho é relação social que se trava historicamente entre os homens, os quais para trabalharem necessitam educarem-se e ao trabalharem se educam. A educação se faz nestas relações, contudo, sob os ditames do capital, trata-se de perceber como ela é distribuída e apropriada pelos homens e mulheres.

Dessa relação entre trabalho e educação, resulta o objetivo do texto que é apresentar estudo da morfologia do trabalho no campo na RMC, com ênfase no Terceiro Anel e estabelecer relação com os desafios que se colocam à Educação.

Os procedimentos utilizados neste estudo são a pesquisa bibliográfica, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos e a pesquisa documental que possibilitou a coleta e análise dos documentos a respeito do trabalho na RMC, disponibilizados no Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

O método eleito enunciado permitiu análise dos referidos documentos e possibilitou conhecer a morfologia do trabalho na RMC, principalmente no Terceiro Anel, e apontar que há precarização do trabalho dos trabalhadores no campo bem como do acesso a escolaridade e

ao conhecimento, pois suas condições objetivas carregam as marcas da submissão do trabalho ao capital.

O texto está estruturado em quatro partes, a saber: A primeira discute as modificações no trabalho no contexto da década de 1970; a segunda apresenta as características do trabalho na RMC, as relações de trabalho assalariada e as condições do trabalhador familiar no Terceiro Anel; a terceira aponta os desafios que se colocam à Educação e, por fim, as considerações finais.

## RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA DÉCADA DE 1970

O trabalho é uma prática ontológica e histórica. Esse fundamento se ampara nas teses da Teoria Social e do conhecimento de Marx e Engels. O debate no interior do marxismo tem como centralidade o modo de produção da existência.

As modificações no processo produtivo a partir da década de 1970 geraram uma ampla reestruturação produtiva, o trabalho passou a ser flexibilizado, impactando a vida dos trabalhadores, com múltiplas formas de precarização, terceirização, intensificação da exploração dos trabalhadores, contando para tal com mudanças tecnológicas que aceleraram as comunicações e intensificaram as cadeias de produção de mercadorias.

Este processo afetou e continua afetando profundamente a vida dos trabalhadores, os quais estão sob formas mais diversas de exploração do trabalho, anulação de direitos e expropriação da vida humana. As marcas do capital estão presentes sobremaneira no campo, mas também na cidade, enquanto no urbano o capital avança sob o discurso do desenvolvimento, de outro lado, produz o desemprego e a miséria. No campo, o capital trabalha sob a mesma lógica, se apropriando das terras da agricultura de larga escala, com alta tecnologia, para atender o setor de *commodities*, e com isso, expropria o trabalhador de sua terra e do seu trabalho, produzindo a miserabilidade deste trabalhador.

Outra forma de subordinação é incorporar o trabalhador familiar ao grande capital, o qual tem o controle do conhecimento técnico e se utiliza da terra e da força de trabalho dele. A agricultura familiar é parte do agronegócio, do projeto de desenvolvimento para o campo no sistema capitalista, inviabilizando outras formas de organização do trabalho no campo, pois os trabalhadores familiares que não se associarem a esse processo estarão sob formas primitivas do capitalismo, sob relações de trocas de produtos e a subsistência.

Nas últimas décadas, apesar de tantas teses sobre o fim do trabalho como prática ontológica do homem que lhe possibilita criar valores de uso e troca, afirmam-se estudos que

caracterizam também o trabalho como criador de valor e seus sentidos (ANTUNES, 2011). Além disso, observa-se, sua complexa divisão, ao mesmo tempo simplificação, desqualificação, parcialidade, intensidade e precarização do trabalhador por conta da perda dos seus meios de produção e da relação exploratória que preside a essa prática social e implicações na formação da sua subjetividade e na maneira de conhecer a realidade.

Antunes (2011) aponta que há uma nova morfologia da classe trabalhadora, que se expressa de forma heterogênea, polissêmica e multifacetada, sob diversos processos de fragmentação, que são intensificados para atender os interesses do capital internacional.

Nesse cenário, apresenta-se a situação do trabalhador, as relações de trabalho que estão postas nos municípios da RMC, com ênfase no Terceiro Anel que são os municípios considerados rurais.

## MORFOLOGIA DO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Atualmente a RMC é constituída por 29 municípios, considerada a oitava mais populosa do país e a segunda maior em extensão, sendo sua área equivalente a 8% do estado, e desta, 30% representam o local de moradia da população urbana. Sua localização geográfica foi organizada de modo que estivesse próximo dos mais importantes mercados produtores e consumidores do Brasil, o que influenciou na formação de novas indústrias nos municípios.

Dados do Censo de 2010 revelam que a população total da RMC é de 3.223.836, sendo que 2.956.272 estão na área urbana e 267.564 estão na área rural. A população da área urbana está concentrada em Curitiba, juntamente com os municípios próximos à capital. A população rural reside nos municípios mais afastados, caracterizados por maior densidade demográfica e demandando grande deslocamento até os núcleos urbanos.

A RMC está dividida em três anéis, a saber: Primeiro Anel, Segundo Anel e Terceiro. O Primeiro Anel<sup>1</sup> é uma classificação utilizada para definir quais são os municípios que tem proximidade com a capital e possuem núcleos urbanos mais definidos devido ao seu grau de urbanização. Contudo, a utilização do termo *Primeiro Anel*, não expressa consenso nos institutos de pesquisas do Brasil e nas produções acadêmicas, as quais entendem que há áreas de concentração da população (ACP) e áreas de menos concentração da população, sendo que as áreas de maior concentração representam grandes manchas urbanas de ocupação contínua,

---

<sup>1</sup> Municípios que compõem o Primeiro Anel: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

conforme aponta o IBGE (2008). O Segundo Anel<sup>2</sup> é constituído por municípios próximos a capital e municípios localizados em áreas rurais e o Terceiro Anel<sup>3</sup> constituído por municípios rurais, sendo mais afastados da capital.

De modo geral, a maioria dos municípios no Primeiro Anel apresenta bom nível de qualidade de vida e de desenvolvimento econômico. (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014). Esse dado pode estar relacionado às grandes indústrias que se constituíram nesses municípios, bem como, o fato de estarem próximos a capital e pertencerem as grandes manchas urbanas de ocupação contínua, facilitando o deslocamento daqueles que trabalham e/ou estudam na capital. Contudo, chama atenção o fato de Piraquara ter o menor índice de IDH e a maioria da população residir no campo. Além disso, há um nível bom de emprego formal<sup>4</sup> e os níveis de pobreza são baixos no que se refere a ½ salário mínimo. Um índice que salta aos olhos, trata do percentual dos que concluíram o Ensino Médio. Esse indicador aponta que há um baixo índice de conclusão nesses municípios. Vale destacar que o município de Piraquara apresenta índices baixos mediante os outros municípios.

A população no Segundo Anel está constituída nos espaços urbanos e rurais. Apresenta dados inferiores ao Primeiro Anel, no que diz respeito ao indicador de emprego e escolaridade. (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014). Essa questão pode ter relação com a distância dos municípios para os núcleos centrais, o que implica menor acesso ao emprego formal, bem como, a ausência do acesso às escolas de ensino médio na área rural, dado já constatado por diversos pesquisadores, entre eles Molina, Montenegro, Oliveira (2009). Há concentrações de desigualdade, pobreza, exclusão, mas isso não se expande para todas as partes dos municípios. Exceto, nos municípios de Itaperuçu, Bocaiúva do Sul e Rio Branco que apresentaram baixo IDH e baixa escolaridade, além disso, o município de Itaperuçu apresenta baixa taxa de alfabetização e de emprego. (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014).

A população no Terceiro Anel está constituída, na sua maioria, nos espaços rurais. Este Anel possui mais habitantes do que o Segundo Anel devido ao aumento do número de municípios pertencentes a esse eixo. Embora o número de habitantes seja superior ao Segundo Anel, não ultrapassa o número de habitantes no Primeiro Anel. Quanto ao IDH, há

---

<sup>2</sup> Municípios que compõem o Segundo Anel: Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba e Rio Branco do Sul.

<sup>3</sup> Municípios que compõem o Terceiro Anel: Agudos do Sul, Campo do Tenente, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Piên, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

<sup>4</sup> Os dados apresentados referem-se a uma revisitação nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 e do Ministério da Saúde. A partir desses dados foram criados novos índices em três dimensões de análise: Vida Digna, Conhecimento e Vulnerabilidade Juvenil. (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014).

municípios com o nível muito baixo e municípios com alto desenvolvimento. Há uma oscilação nos níveis de desenvolvimento neste indicador, todavia, os municípios com baixíssimo desenvolvimento são aqueles de difícil acesso, devido às fragilidades das estradas e do insipiente acesso ao transporte público.

Os municípios no Terceiro Anel, na sua maioria, apresentam dados inferiores ao Segundo e Primeiro Anel, no que diz respeito aos indicadores de emprego, pobreza, escolaridade e exclusão. (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014). Os demais índices como, desigualdade e alfabetização oscilaram entre o nível intermediário e baixo.

Analisando todos os anéis identificou-se que o Primeiro Anel por estar próximo aos centros urbanos apresenta indicadores mais elevados, entretanto, Piraquara possui maior população no campo e apresenta os menores índices deste Anel. No Segundo Anel, os indicadores estão dentro da média, mas Bocaiúva do Sul com a mesma população no campo e na cidade, Itaperuçu e Rio Branco do Sul com a maior parte dos habitantes no urbano, apresentam baixo IDH e índice de escolaridade. No Terceiro Anel, a maioria dos índices está abaixo da média. Percebe-se que os municípios em que a população está concentrada em áreas rurais, geralmente, seus indicadores estão num nível bem abaixo. Os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul apresentam uma enorme distância diante dos municípios de outros anéis e até mesmo quando comparado com o seu próprio anel. No que diz respeito ao indicador escolaridade, a maioria dos municípios de todos os anéis estão em um nível abaixo do esperado, isso quer dizer que não estão concluindo o Ensino Médio aos 17 anos.

Mediante esse contexto, compreende-se que o Terceiro Anel apresenta os indicadores mais baixos, diante disso, definiu-se aprofundar o estudo neste Anel, no que diz respeito à situação do trabalhador no campo.

A política de desenvolvimento para o Terceiro Anel está vinculada a três eixos: Trabalho assalariado, que mantém relações de parcialização e desqualificação do domínio dos meios de produção; agricultura familiar voltada para atender a produção de alimentos e a subsistência e produção agrícola ligada ao agronegócio, principalmente na exploração de reflorestamento de pinus e mineração, com intensificação da tecnologia, se utilizando do trabalho temporário e parceiro.

Sobre o emprego formal na agropecuária entre 2007 a 2013, constatou-se que na maioria dos municípios houve queda de emprego no setor mencionado entre 2007 a 2013. Essa queda tem relação com as alterações nos processos de trabalho e novas formas de organização da produção, principalmente pelo avanço científico e técnico que sob relações

capitalistas tem servido contra o próprio trabalhador gerando desemprego e superexploração. (RAIS, 2015).

Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários no Terceiro Anel, o Quadro 1 apresenta o tipo de produtor, porém são variáveis que derivaram do Censo Agropecuário em 2006, mas só foram disponibilizados em 2009. A outra variável no Quadro 1 sobre o Médio Produtor foi disponibilizada no site do IBGE em 2014. (ZANCHET, 2010).

**QUADRO 1 – NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS<sup>5</sup> NO TERCEIRO ANEL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

<b>Município</b>	<b>Agricultura Familiar – PRONAF 2006</b>	<b>Agricultura Familiar – PRONAF 2015</b>	<b>Familiar – não PRONAF 2006</b>	<b>Não familiar, módulo fiscal Médio Produtor 2006</b>	<b>Outros não classificados 2006</b>
<b>Adrianópolis</b>	752	400	72	31	88
<b>Agudos do Sul</b>	1.126	605	86	13	121
<b>Campo do Tenente</b>	216	273	14	18	44
<b>Cerro Azul</b>	1.832	1.448	115	49	254
<b>Doutor Ulysses</b>	555	551	19	27	55
<b>Lapa</b>	2.244	1.492	159	237	236
<b>Piên</b>	1.035	899	58	10	37
<b>Quitandinha</b>	1.800	1.247	66	21	117
<b>Rio Negro</b>	880	806	78	33	63
<b>Tijucas do Sul</b>	818	650	39	40	89
<b>Tunas do Paraná</b>	236	200	13	4	19
<b>Total</b>	11.494	8.571	719	483	1.123

FONTE: IBGE Censo Agropecuário (2006). Dados disponibilizados pelo IPARDES (2015) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR) (2015). Organização da autora.

Considerando os dados da Agricultura Familiar<sup>6</sup>, ou seja, somente aqueles que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF<sup>7</sup>), referente

<sup>5</sup>Segundo o Censo Agropecuário de 2006, estabelecimento agropecuário é a unidade de produção que emprega total ou parcialmente atividades agropecuárias, aquícolas e florestais, submetidas à administração do produtor ou do empregador, localizada em área rural ou urbana, cuja finalidade pode ser a subsistência ou a venda, formando uma unidade recenseável. (IBGE, 2006).

<sup>6</sup>A Lei nº 11.326 da agricultura familiar foi instituída em 24 de julho de 2006, a qual considera como agricultor familiar aqueles que dirigem o processo de produção, trabalham e se utilizam de mão de obra familiar no seu estabelecimento que tem até quatro módulos fiscais.

<sup>7</sup>O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) visa o fortalecimento do agricultor familiar, de forma a integrá-lo ao agronegócio para que amplie a renda, o valor do seu produto e de sua propriedade, mediante apropriação de novas bases técnica e científica de produção, valorização do produtor rural e profissionalização dos produtores familiares.

ao ano de 2006, no Terceiro Anel, na RMC, verifica-se um total de 11.494 estabelecimentos de Agricultura Familiar. Em 2015 essa realidade foi alterada, pois houve redução no número de estabelecimentos da Agricultura Familiar com PRONAF para 8.571. Sobre os estabelecimentos sem PRONAF em 2006, foram identificados 719.

Quanto ao estabelecimento de agricultor familiar na condição de médio produtor<sup>8</sup>, que diz respeito ao regime familiar, mas demanda a contratação de empregado, constituindo, assim, o emprego rural, que pode ser caracterizado como permanente, temporário, parceiro<sup>9</sup> ou outra condição, foi identificado que, em 2006 houve 483 estabelecimentos que se utilizaram desta condição.

Os outros considerados como não classificados, em 2006, representavam 1.123 estabelecimentos. A categoria outros não classificados foram aqueles que não se enquadraram como agricultor familiar e médio produtor. Por outro lado, essa categoria diz respeito aos grandes capitalistas, seja por extensão de terra ou por valor da produção. Vale lembrar que o Paraná é o segundo produtor de soja no país e sua economia está sustentada na exportação de *commodities*, como soja e milho.

Os dados supracitados sobre a agricultura familiar em 2006 revelam que no Terceiro Anel se concentra o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar 12.696, portanto, esse dado é superior a soma do Primeiro e Segundo Anel que representa 11.478. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam que no Paraná a agricultura familiar representa 82% do número de estabelecimentos na agropecuária e 70% do pessoal ocupado. Este segmento pratica a agricultura de subsistência e a produção de alimentos voltada para o abastecimento interno e a segurança alimentar, por outro lado, também está associado ao grande capital. (NEAD, 2008).

De acordo com o Quadro 1, de 2006 para cá houve redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar, pode-se inferir que as mudanças na forma de produção têm alterado essa realidade, e também, porque o capital quando não tem interesse em se juntar com a agricultura familiar, isto é, quando não é rentável para ele, o mesmo dissemina os trabalhadores familiares.

---

<sup>8</sup> A categoria médio produtor aparece pela primeira vez em 2014, no site do IBGE, cuja finalidade era evidenciar a importância da agricultura familiar e as ações de política agrícola para esta categoria que não se beneficia do PRONAF, mas pode acessar investimentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

<sup>9</sup> O trabalhador parceiro é aquele que está sujeito ao produtor ou capataz e realiza as atividades sob o recebimento de uma cota-parte da produção. (ZANCHET, 2010).

O capital tem interesse na agricultura familiar, como um dos pilares para a base social de desenvolvimento do país. Contudo, a forma como incorpora este processo, é no sentido de produzir no trabalhador familiar a sujeição à proletarização, por meio da integração plena.

A categoria não familiar, módulo fiscal, médio produtor, possui 483 estabelecimentos no Terceiro Anel, na RMC. Esta categoria já assume a feição empresarial e, nesse sentido, articula com os dados abaixo que retratam a condição de empregados, nesse contexto.

Sobre a condição de empregados em estabelecimento agropecuário em 2006, com 14 anos e mais, sem laço de parentesco com o produtor, constatou-se que, haviam 1.740 empregados permanentes, 2.144 empregados temporários, 49 empregados parceiros e 13 empregados em outra condição. Somando o número de empregados temporários e parceiros, tem-se 2.193 trabalhadores que são contratados para trabalhar nos estabelecimentos agropecuários uma ou mais vezes, de acordo com a demanda do empregador. (IPARDES, 2015).

De modo geral, os estabelecimentos que contrataram os empregados mencionados, são aqueles que contratam menos de cinco pessoas, e são “responsáveis por 37% do total de empregos e, provavelmente, ligados à agricultura familiar”. (ZANCHET, 2010, p. 166). Vale destacar que o agricultor familiar que se enquadra no PRONAF pode ter até dois empregados permanentes.

A agroindústria também é responsável pela contratação de um amplo número de empregados, seja na forma de emprego permanente ou temporário.

Sobre o número de parentes que trabalham com o produtor em estabelecimento agropecuário em 2006, verificou-se que há predominância entre 2 a 3 familiares que trabalham com laço de parentesco na agricultura familiar, totalizando 14.823, seguido de 4 a 5 familiares com 8.214, e 1 familiar com 3.251. (IPARDES, 2015).

Não foi identificado se a produção na agricultura familiar foi para subsistência ou se foi distribuída para comercialização. Zanchet (2008, p. 22-26) fez um estudo sobre as ocupações no Paraná, a qual menciona que na produção animal há um crescimento dos trabalhadores por conta própria, “juntamente com os membros não-remunerados, representam mais de 60% do total de pessoas ocupadas na criação de bovinos. Por outro lado, na produção de hortaliças mais de 70% do pessoal ocupado é para o consumo próprio, embora haja um importante segmento de produtores nessa área com atividade mercantil. (ZANCHET, 2008). Para a autora, a agricultura familiar representa 66,6% de pessoas ocupadas por conta própria e não-remunerados, sendo 22,8% na criação de bovinos, 11,1% na soja e 10,8% no fumo.

De todo modo, esse dado é relevante, pois, se apenas 2 a 3 parentes estão envolvidos com o trabalho na agricultura familiar, no Terceiro Anel na RMC, infere-se que os outros familiares, se houver, estão trabalhando em outros estabelecimentos para complementar a renda, tendo em vista que boa parte da agricultura familiar pode estar sendo direcionada para o consumo próprio, conforme aponta Zanchet (2008). Neste caso, considera-se que não é possível reproduzir as condições de vida somente com a agricultura familiar, implicando a necessidade de outros familiares buscarem outros empregos.

Quanto à condição do produtor, se está associado à cooperativa e/ou entidade de classe, constatou-se que em 2006, dos 13.615 estabelecimentos apenas 3.411 produtores são associados à cooperativa e/ou entidade de classe. No que diz respeito à cooperativa, há 828 estabelecimentos associados. Sobre os associados a entidades de classe há 2.200. E os associados à cooperativa e entidade de classe representam 383 produtores. Chama atenção que 10.204 produtores não estão associados a nenhuma entidade no Terceiro Anel na RMC. (IPARDES, 2015). Vale destacar que há sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios do Terceiro Anel da RMC, como FETAEP<sup>10</sup> e FETRAF-Sul, essa última em um número reduzido. Por outro lado, não há movimentos camponeses com identidade de luta de classes.

Os dados analisados revelam que o trabalho no Terceiro Anel na RMC se apresenta de forma parcializada, desqualificada e precarizada. Esse processo também influencia as entidades de classe e as cooperativas, que apontam para redução dos produtores em se associar as entidades sociais. Esse dado, também pode ser analisado sob a perspectiva de que, se há pouca articulação coletiva nesses municípios, provavelmente há uma ocupação densa do capital nesses territórios, tendo em vista que ele se transfere para locais em que encontra menores resistências para explorar a terra e a força de trabalho. Os produtores estão cada vez mais individualizados porque essas entidades não estão fortalecendo suas demandas.

Para Antunes (2008, p. 70), há uma crise sindical mundial que aponta para um movimento de individualização das relações de trabalho, de um sindicalismo subordinado ao comando do patronal, bem como, “crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais que se distanciam dos movimentos sociais autônomos”, em decorrência, de ações anticapitalistas, da luta contra o capital.

---

<sup>10</sup>Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP). É uma entidade sindical de “segundo grau constituída para representar legalmente a categoria profissional dos trabalhadores rurais”. (FETAEP, [2014?]). Esses trabalhadores compreendem: assalariados permanentes e temporários, agricultores familiares – pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros entre outros. Possui 308 sindicatos filiados no Paraná e esta entidade faz parte do sistema da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Em síntese, há pouca articulação coletiva entre os produtores e ao mesmo tempo uma mínima representação, a qual está vinculada ao patronato rural por meio do SENAR. Essa situação desmobiliza os trabalhadores familiares que são predominantes no Terceiro Anel na RMC.

Sobre o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário em 2006, de um total de 13.615 produtores, 8.272 possuem Ensino Fundamental incompleto, 862 cursaram Alfabetização de Adultos, 1.350 tem o Ensino Fundamental completo, 215 possuem Ensino Médio Completo (técnico agrícola), 813 tem Ensino Médio completo, 60 possuem formação superior (Engenheiro Agrônomo, Veterinário, Zootecnista, Engenheiro Florestal), 180 tem outra formação superior, 778 não tiveram acesso à escola, mas sabem ler e escrever e 1085 produtores não sabem ler e escrever. (IPARDES, 2015).

Os dados revelam que o nível educacional desses produtores é extremamente baixo, se considerar que a maioria das pessoas que dirige os estabelecimentos agropecuários tem o Ensino Fundamental Incompleto.

Outro dado que elucida isso é o analfabetismo entre os produtores, situação que traz conseqüências graves no que diz respeito às posições e condições de trabalho. Nesse mesmo processo está o acesso e a conclusão do Ensino Médio e da Educação Superior. A oferta de matrícula no campo brasileiro está “entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental [é] para duas vagas nos anos iniciais, [e] uma nos anos finais”. Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, constata-se que há “seis vagas nos anos finais correspondendo a apenas uma vaga no ensino médio”. (MOLINA, MONTENEGRO, OLIVEIRA, 2009, p. 28).

O baixo acesso dos trabalhadores do campo aos diferentes níveis de ensino é parte da história da formação do campo brasileiro, revelando as persistentes desigualdades educacionais, e da vida econômica e política que foi estabelecida para esta população. A educação escolar que chega aos trabalhadores familiares é mínima, apenas para sua sobrevivência.

Portanto, pode-se inferir que há dois movimentos que se expressam no Terceiro Anel, na RMC, a saber: a) se a maioria dos trabalhadores familiares possui baixa escolaridade, em decorrência, seu trabalho é para subsistência, tendo em vista que estes municípios são de difícil acesso aos centros urbanos em que geralmente é realizada a comercialização dos seus produtos ou b) esse trabalhador familiar vende seus produtos para um “terceiro”, o qual adquire por um valor mínimo. Esses movimentos acarretam submissão nas mais diversas condições de trabalho e remuneração.

Esse retrato mencionado acima, se estende também para as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais em atividades agrícolas, as quais estão predominantemente entre a ausência de instrução e o Ensino Fundamental incompleto, representando 22.467. Entre o Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto há 4.319 pessoas, entre o Ensino Médio completo e o Ensino Superior incompleto há 2.917 pessoas, com o Ensino Superior completo há 402 pessoas e por fim, os não determinados representam 90 pessoas.

Se os trabalhadores familiares na sua maioria tiveram acesso somente a um tipo de educação básica, elementar para o campo, isso significa que são trabalhadores pobres, que produziram sua existência material de forma precária, portanto, precisavam atender suas necessidades básicas. Assim, as condições para estudar, o tipo de educação, a formação e o conhecimento que tiveram acesso foi frágil, escasso, provavelmente não possibilitou que pudessem fruir do conhecimento produzido pela humanidade, pelo contrário, tratou-se da privação de um bem. No campo, sabe-se que essa privação se expressa de forma mais aguda, ou seja, há mais ausência no acesso e pouca fruição do conhecimento. Vale ressaltar que, os problemas que o trabalho enfrenta hoje, são os mesmos no campo e na cidade, porque os dois estão sob relações capitalistas, sob o monopólio do capital industrial, financeiro e comercial, os quais se juntam para disputar com o trabalho, no entanto, para produzir valor necessitam da força de trabalho assalariada.

## DESAFIOS À EDUCACIONA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Muito embora, a morfologia do trabalho na RMC revele que existem singularidades na produção da vida do trabalhador do campo, ou seja, há privações de bens, há que se dar atenção, em virtude da agudeza dessa singularidade que se observa na totalidade da existência, não para abandonar a totalidade, mas no sentido de que há mais ausência de distribuição dos conhecimentos e fruição da vida, devido às precárias condições objetivas. Contudo, para o projeto burguês não há diferenciação nos fundamentos de uma educação do trabalhador do campo e da cidade quando se trata de uma educação para pobres.

O atual padrão de acumulação do capital tem contado, no país, e o Paraná é exemplo disso, com a mineração, o agronegócio com agricultura em larga escala que contraditoriamente, ao mesmo tempo em que produz com tecnologias sofisticadas apresentadas em pacotes fechados, degrada, intensifica e explora o trabalhador. Neste processo é muito reduzida a mediação dos conhecimentos sistematizados nas relações e processos dos trabalhadores, o que significa a ausência da escola pública de qualidade. Neste

quadro o desafio à Educação na RMC é a defesa e garantia de escola de qualidade em seus vários níveis e num diálogo com os movimentos sociais do campo.

Outro desafio à Educação na RMC é perseguir a luta para o acesso, ampliação e permanência da escolarização em todos os níveis, especialmente no que diz respeito ao Ensino Médio e Ensino Superior.

Os dados da morfologia do trabalho revelam que a maioria dos municípios da RMC possui um índice baixo de conclusão do Ensino Médio com 17 anos, aliado a isso, os dados sobre a escolaridade da maioria dos trabalhadores familiares e assalariados no campo a partir de 14 anos é o Ensino Fundamental Incompleto.

Vendramini e Sapelli contribuem para compreender que a problemática com a ampliação da escolarização no campo é histórica desde o fim do século XIX até os dias de hoje, e muito embora os governos tenham rompido com algumas políticas, de outro lado, houve continuidade, “mas a forma como isso é articulado recebe diferentes encaminhamentos em diferentes épocas”. (VENDRAMINI E SAPELLI 2014, p. 102).

O período atual revela dois momentos quanto à escolaridade dos trabalhadores do campo, o primeiro, sustentado pelo agronegócio cujo discurso é esvaziar o campo e fechar escolas e o segundo estágio, está vinculado às demandas da Educação pela ampliação e construção de mais escolas no campo e contra o fechamento de escolas. Essas são demandas históricas dos movimentos sociais de trabalhadores do campo e que permanecem desde o fim da década de 1990 até os dias de hoje.

O número de escolas localizadas no campo na RMC<sup>11</sup>, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2015), está organizado da seguinte forma: 204 municipais, 36 estaduais, 63 foram paralisadas e 29 foram extintas. Entretanto, esses dados foram verificados pelo Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP) por meio de entrevistas com documentadores de escolas municipais, professores, coordenadores e pedagogos de cada município com o objetivo de certificar se os dados no site do INEP foram alterados. E nesse sentido o NUPECAMP constatou divergências com relação ao número de escolas apresentadas pelo INEP e o número de escolas levantadas pelas entrevistas. O trabalho de campo revelou que há 192 escolas municipais, 36 estaduais, 67 foram paralisadas e 19 extintas. De todo modo, os dois levantamentos de dados apontam que houve fechamento e paralisação de escolas localizadas no campo na RMC.

---

<sup>11</sup> Os dados mencionados foram organizados e cedidos pelo NUPECAMP.

A Educação, para responder aos desafios do tempo histórico na RMC necessita efetivamente incorporar o debate sobre a ontologia do trabalho e educação de forma que isso se expresse por meio da democratização do conhecimento historicamente acumulado e sistematizado e na organização do trabalho didático sobre outras bases. Ou seja, incorporar como os homens apropriam a vida humana, a produção, a distribuição, a troca e o consumo.

Nesse sentido, compreende-se que o modo de produzir a vida no campo faz parte da totalidade de determinações sociais, mas ela se expressa de uma forma em que a maioria dos trabalhadores não apropria os bens que a humanidade construiu historicamente e quando se trata da educação escolar no campo, a apropriação se dá pela exclusão dos conhecimentos científicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundamentos apontados possibilitam apontar, à guisa de considerações finais, que:

1) A classe trabalhadora na RMC não se restringe aos trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, há os trabalhadores familiares, cujo trabalho e seus frutos contribuem com o grande capital (que não se utilizam de um controle rígido e, há aqueles que não conseguiram permanecer no campo e foram expropriados da sua terra e do seu trabalho). 2) A empiria deste estudo revela que os municípios mais afastados dos centros urbanos possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a maioria apresentou um nível alto de desigualdade e um índice baixo quanto à conclusão do Ensino Médio aos 17 anos. 3) Quanto às formas de trabalho no campo, na RMC, no Terceiro Anel, há predomínio do trabalho temporário, por outro lado, nesta Região, concentra-se o maior número de trabalhadores familiares. Entretanto, nos últimos anos houve redução destes trabalhadores. A realidade deste trabalhador familiar no Terceiro Anel revela os mecanismos utilizados pelo capital para degradar o trabalho na agricultura familiar, a saber: a) os membros da família não se dedicam totalmente a produção, a predominância conforme aponta a empiria deste estudo é de 2 a 3 membros da família. Esse dado revela que o trabalho com agricultura familiar não está garantindo as condições para manter a produção da vida de toda a família e/ou essa produção é para o consumo próprio (ZANCHET, 2008); b) a maioria dos produtores familiares e não familiares não estão associados a cooperativas e/ou entidades de classe, representando uma individualização do trabalho ou um sindicalismo que está submetido aos interesses do capital (ANTUNES, 2008). 5) As entidades sindicais na RMC são subsidiadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que é mantido por entidades patronais. 6) O nível de

instrução predominante entre os produtores familiares e não familiares e pessoas de 10 anos e mais ocupadas em atividades agrícolas é o Ensino Fundamental Incompleto. Esse dado elucida que no campo o acesso ao conhecimento e à escola pública de qualidade foram negados, sistematicamente com mais agudeza que na cidade, aos trabalhadores do campo. 7) Embora as condições do trabalhador assalariado (permanente e temporário) e familiar sejam predominantemente de degradação e intensificação, considera-se que o trabalho e a educação por serem práticas sociais podem ser modificadas, no sentido de superação da existência.

Nesse sentido, a partir dos dados apontados na morfologia do trabalho no Terceiro Anel, são apontados os desafios que se colocam à Educação: a) incorporar com radicalidade posicionamentos de transformações nas relações de produção frente à degradação do trabalho no campo; relacionar a produção da vida ao debate da educação, ou seja, relação entre trabalho e educação; b) perseguir a luta para o acesso, ampliação e permanência da escolarização em todos os níveis de ensino; c) luta pela manutenção das escolas localizadas no campo; d) luta por um projeto emancipatório; e) articulação com os movimentos sociais de trabalhadores rurais; f) democratização do conhecimento historicamente acumulado e sistematizado; e g) organização do trabalho didático sobre outras bases e a defesa de uma escola pública de qualidade.

Os dados apresentados revelam que a situação dos trabalhadores do campo é de precarização, porque o capital expropriou os meios de produzir a existência desses trabalhadores de tal forma que só tem acesso apenas ao necessário para garantir a sua sobrevivência e se manter enquanto força de trabalho assalariada. Ora, a precarização do trabalho que se apresenta na RMC, no Terceiro Anel, se expressa também em outras regiões rurais e nas cidades, enquanto expressão do trabalho precário, do assalariamento e do desemprego.

Se as relações de trabalho no campo têm degradado a vida dos trabalhadores rurais na RMC e, a educação historicamente que lhes foi ofertada foi mais escassa e incipiente, revelando ausência de escola pública e de um conhecimento que possibilite estabelecer relações com o processo de trabalho que estão vivendo, isto revela que estes trabalhadores estão numa condição mais acirrada de exploração, opressão e alienação.

Nesse sentido, considera-se fundamental o debate dos desafios que se colocam à educação do trabalhador do campo no Terceiro Anel na RMC. Entende-se que esses desafios emergiram da relação entre a morfologia do trabalho e a educação. Ao estabelecer esta relação caminha-se em direção à perspectiva de romper com vertentes teóricas que mascaram e fragmentam a relação ontológica e histórica entre trabalho e educação, bem como situar a

necessidade de se posicionar com radicalidade sobre a produção da existência dos trabalhadores do campo e ao mesmo tempo pensar alternativas contra-hegemônicas à ordem existente, junto a isso, articular educação escolar – escola pública de qualidade e os processos educativos nos movimentos sociais de trabalhadores rurais, cuja finalidade seja o trabalho de produtores associados com os conhecimentos sistematizados na relação com a produção da vida.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo LuisColtro. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo LuisColtro. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ (FETAEP). Curitiba, 2014. Disponível em: <[www.fetaep.org.br](http://www.fetaep.org.br)>. Acesso em: 10 julho. 2014.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; SILVA, RonnieAldrin. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**, volume 1. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário: agricultura familiar.** Brasília, DF: IBGE, 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/censoagropecuario2006](http://www.ibge.gov.br/censoagropecuario2006)>. Acesso em: 10 julho. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 – PNAD.** Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010.** Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/censo2010](http://www.ibge.gov.br/censo2010)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 174–190, jan./2009 a jun./2010. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_228.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_228.pdf). Acesso em 20 de setembro de 2012.

VENDRAMINI, Célia Regina; SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. Educação do Campo: uma particularidade na universalidade. In: MELO, Alessandro; HIDALGO, Ângela Maria e SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. (Orgs.). **Terra e educação: contexto e experiências em Educação do Campo.** Guarapuava: Ed da Unicentro, 2014, p. 83-115.

ZANCHET, Maria Salete. Características das ocupações na agropecuária paranaense. **Primeira Versão nº 7, IPARDES**, Curitiba, p. 3-35, 2008.

ZANCHET, Maria Salete. Tendências e desafios do emprego rural no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 118, p.159-173, jan./jun. 2010.